

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

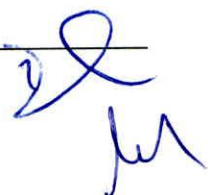
**RESOLUÇÃO Nº : 15.369/2020**

**Processo nº.:** 202001408-00  
**Assunto:** Consulta  
**Município:** São Sebastião da Boa Vista  
**Órgão** Fundo de Previdência Social  
**Exercício:** 2020  
**Interessado:** José Carlos Pantoja Mendes  
**Relator:** Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Junior

Tribunal de Contas dos Municípios  
Ato publicado no D.O.E nº 361  
de 14 de 09 de 10, pg. 10  
Responsável

**EMENTA: CONSULTA. FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. NECESSIDADE DE CRIAÇÃO DE CARGOS POR LEI EM SENTIDO ESTRITO. IMPOSSIBILIDADE DE PARIDADE SALARIAL COM OUTROS CARGOS PÚBLICOS. NATUREZA JURÍDICA DE ACORDO COM A LEI INSTITUIDORA. INEXISTÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO ESTRITA NA FORMA DE NOMEAÇÃO DOS CARGOS. POSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO DO ORDENADOR EM CASO DE DESCONFORMIDADE COM O ORDENAMENTO JURÍDICO. RESPOSTA APROVADA À UNANIMIDADE.**

1. Não há possibilidade de que os Fundos de Previdência sejam os responsáveis pelo pagamento de salários de seus servidores para cargos que não estejam previstos em lei em sentido estrito e que não obedeçam a todo o procedimento de elaboração orçamentária do ente a que estão vinculados.
2. O item resta prejudicado ante a negação do pressuposto de positividade do item anterior. Entretanto, ressalta-se a necessidade de que lei própria estabeleça a remuneração devida aos cargos que pretende reger, de modo que não se pode tomar como parâmetro lei alheia ao sistema que se quer regular.
3. Somente a lei instituidora dos cargos poderia concretizar natureza, não havendo óbice às características que queira adotar, entretanto, pelo cunho funcional desenvolvido, percebe-se tendência de que os cargos analisados se aproximam do conceito de função de confiança e ao conceito de cargo em comissão.
4. Não há óbice legal a sistemática adotada pelos Fundos para preenchimento das vagas dos responsáveis por geri-lo, cabendo a cada instrumento normativo instituidor declarar àquele que melhor se adequa às suas necessidades, tratando-se, pois, de opção política do ente promovedor.
5. Todos aqueles que ordenam despesas com recursos públicos em desconformidade com o sistema jurídico estão sujeitos às sanções cabíveis. Desse modo, havendo irregularidade na forma de ordenação e execução das despesas com folha de pessoal do



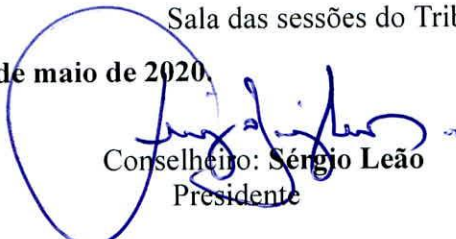
GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

**RESOLUÇÃO Nº : 15.369/2020**

Fundo, sendo ele o responsável pelos atos, há possibilidade de penalização.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA**, formulada em tese e respondida nos termos do disposto no **art. 1º, inciso XVI, da LC n.º 109/2016**, acordam os **Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará**, por unanimidade, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto do Conselheiro Relator, que passam a integrar esta decisão: **1.** Não há possibilidade de que os Fundos de Previdência sejam os responsáveis pelo pagamento de salários de seus servidores para cargos que não estejam previstos em lei em sentido estrito e que não obedeçam a todo o procedimento de elaboração orçamentária do ente a que estão vinculados. **2.** O item resta prejudicado ante a negação do pressuposto de positividade do item anterior. Entretanto, ressalta-se a necessidade de que lei própria estabeleça a remuneração devida aos cargos que pretende reger, de modo que não se pode tomar como parâmetro lei alheia ao sistema que se quer regular. **3.** Somente a lei instituidora dos cargos poderia concretizar natureza, não havendo óbice às características que queira adotar, entretanto, pelo cunho funcional desenvolvido, percebe-se tendência de que os cargos analisados se aproximam do conceito de função de confiança e ao conceito de cargo em comissão. **4.** Não há óbice legal a sistemática adotada pelos Fundos para preenchimento das vagas dos responsáveis por geri-lo, cabendo a cada instrumento normativo instituidor declarar àquele que melhor se adequa as suas necessidades, tratando-se, pois, de opção política do ente promovedor. **5.** Todos aqueles que ordenam despesas com recursos públicos em desconformidade com o sistema jurídico estão sujeitos às sanções cabíveis. Desse modo, havendo irregularidade na forma de ordenação e execução das despesas com folha de pessoal do Fundo, sendo ele o responsável pelos atos, há possibilidade de penalização.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em  
27 de maio de 2020.

  
Conselheiro: **Sérgio Leão**  
Presidente

  
Conselheiro **Daniel Lavareda**  
Relator

**Presentes:** Conselheiros Cezar Colares, Mara Lúcia e Antônio José, Conselheiros Substitutos Sérgio Dantas e Alexandre Cunha. Ministério Público de Contas: Procuradora Maria Regina Cunha.



**GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA**

**RESOLUÇÃO Nº. 15.369**

**Processo nº 202001408-00 – Consulta do Fundo de Previdência Social de São Sebastião da Boa Vista, exercício 2020, de responsabilidade do Sr. José Carlos Pantoja Mendes.**

**RELATÓRIO**

**Processo:** 202001408-00  
**Assunto:** Consulta  
**Município:** São Sebastião da Boa Vista  
**Órgão:** Fundo de Previdência Social  
**Interessado:** José Carlos Pantoja Mendes  
**Relator:** Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Júnior  
**Exercício:** 2020

**O FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA**, durante o exercício de 2020, encaminhou CONSULTA, com amparo no artigo 298 e seguintes, do RI/TCM-PA, na qual expôs situação, em tese, relativa à gestão orçamentária de Fundo de Previdência Municipal, consignando, em apertada síntese, a manifestação desta Corte de Contas, quanto as seguintes questões:

- 1) É possível que o Fundo de Previdência contraia a despesa e pague os salários de seus servidores, notadamente aqueles cujas funções encontram-se previstas em Regimento Interno devidamente registrado (Presidente, Tesoureiro e Secretário Executivo), até que lei específica venha a regulamentá-los?
- 2) Em caso de positivo do questionamento anterior, qual a base salarial que devemos considerar? Poder-se-ia utilizar como parâmetro os salários de cargos equivalentes previstos em leis municipais, tais como Secretário Municipal, Tesoureiro do Município e Assessor Técnico de Nível Médio?



**GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA**

**RESOLUÇÃO Nº. 15.369**

**Processo nº 202001408-00 – Consulta do Fundo de Previdência Social de São Sebastião da Boa Vista, exercício 2020, de responsabilidade do Sr. José Carlos Pantoja Mendes.**

**3) Os cargos teriam características de cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração pela natureza de suas funções?**

**4) Haveria necessidade de nomeação de todos os cargos pelo Prefeito Municipal ou somente o Presidente do Fundo e este, após, nomearia o seu Tesoureiro e o seu Secretário Executivo?**

**5) Em caso de a resposta ao Item I ser negativa, haveria alguma penalização do gestor do Fundo de Previdência que ordene e execute a despesa com pagamento de folha de pessoal do Fundo?**

**1 – Quanto a possibilidade de Fundos Municipais contraírem obrigações relativas ao pagamento de folha salarial de cargos previstos em Regimento Interno.**

Deve-se, de antemão, considerar que os Fundos, como forma de desconcentração específica da Administração Pública, não possuem personalidade jurídica própria, caracterizando-se apenas como uma unidade orçamentária, destinada a um objetivo ou serviço específico, conforme se depreende da Lei 4.320/64:

Art. 71. Constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação.

Dentre as normas regulamentadoras de sua funcionalidade, está a que dispõe acerca da aplicação de suas receitas orçamentárias:

Art. 72. A aplicação das receitas orçamentárias vinculadas a fundos especiais far-se-á através de dotação consignada na Lei de Orçamento ou em créditos adicionais.

Assim, percebe-se a necessidade de que as despesas oriundas da manutenção destes fundos devem estar consignadas nas respectivas Leis Orçamentárias ou em Créditos Adicionais do ente instituidor, de forma que se preserve, inclusive, o Princípio da



**GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA**

**RESOLUÇÃO Nº. 15.369**

**Processo nº 202001408-00 – Consulta do Fundo de Previdência Social de São Sebastião da Boa Vista, exercício 2020, de responsabilidade do Sr. José Carlos Pantoja Mendes.**

Universalidade do Orçamento, evitando-se a realização de despesas sem a autorização legislativa correspondente.

No mais, importante frisar que a legislação específica da matéria encampa a tese de que há possibilidade de utilização dos recursos do fundo para manutenção dos seus objetivos preestabelecidos, em consonância com o que diz a Lei 9.717/98:

Art. 1º Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, observados os seguintes critérios:

(...)

**III - as contribuições e os recursos vinculados ao Fundo Previdenciário da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e as contribuições do pessoal civil e militar, ativo, inativo, e dos pensionistas, somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários dos respectivos regimes, ressalvadas as despesas administrativas estabelecidas no art. 6º, inciso VIII, desta Lei, observado os limites de gastos estabelecidos em parâmetros gerais;**

(...)

Art. 6º Fica facultada à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, a constituição de fundos integrados de bens, direitos e ativos, com finalidade previdenciária, desde que observados os critérios de que trata o artigo 1º e, adicionalmente, os seguintes preceitos:

(...)

VIII - estabelecimento de limites para a taxa de administração, conforme parâmetros gerais;

Assim, resta o entendimento de que há possibilidade jurídica dos Fundos Municipais de Previdência serem responsáveis pelo pagamento dos seus próprios servidores, desde que haja previsão orçamentária, em obediência aos seguintes dispositivos constitucionais:

**Art. 169.** A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

**§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos ór-**

**GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA**

**RESOLUÇÃO Nº. 15.369**

**Processo nº 202001408-00 – Consulta do Fundo de Previdência Social de São Sebastião da Boa Vista, exercício 2020, de responsabilidade do Sr. José Carlos Pantoja Mendes.**

**gãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:**

**I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;**

**II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.**

No entanto, muito embora possuam gestão administrativa e financeira próprias, não se desvinculam completamente do ente que lhes deu vida, de forma que os instrumentos normativos que regulam esse também lhes são impostos. Dito isto, é inegável que a Administração Pública está dentro de suas ações estritamente vinculada ao Princípio da Legalidade, não podendo abster-se de seguir somente o que lhe orienta os textos resultados do processo legislativo. Dessa forma, é necessário assentar a necessidade de Lei em sentido estrito para a criação de cargo público, como impõe tanto a Constituição Federal, como a Lei que regula o serviço público federal e que serve de parâmetro para os demais entes:

Art. 61 da CF/88. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

**§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:**

**a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;**

**Art. 3º da Lei 8.112/93**

Art. 3º Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.

Parágrafo único. Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, **são criados por lei**, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

Desta forma, resta cristalina a necessária autorização legislativa para a criação de cargos públicos, sejam eles efetivos ou em comissão, de forma que não se afronte o ordenamento jurídico no que concerne os ditames que regem a Administração Pública.



**GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA**

**RESOLUÇÃO Nº. 15.369**

**Processo nº 202001408-00 – Consulta do Fundo de Previdência Social de São Sebastião da Boa Vista, exercício 2020, de responsabilidade do Sr. José Carlos Pantoja Mendes.**

**2. Quanto a base salarial a ser utilizada para remuneração dos servidores**

Quanto a esse quesito, também deve-se saber que a mera similitude nas funções desempenhadas entre diferentes carreiras não vincula ou equipara suas remunerações aos mesmos patamares, sendo obrigatória a fixação em lei própria a respeito de suas respectivas remunerações, conforme depreende-se da lei que regulamenta o serviço público federal e serve como baliza aos demais entes:

Art. 40. Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com **valor fixado em lei.**

Art. 41. Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes **estabelecidas em lei.**

§ 1º **A remuneração do servidor investido em função ou cargo em comissão será paga na forma prevista no art. 62.**

Art. 62. Ao servidor ocupante de cargo efetivo investido em função de direção, chefia ou assessoramento, cargo de provimento em comissão ou de Natureza Especial é devida retribuição pelo seu exercício. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

Parágrafo único. **Lei específica estabelecerá a remuneração dos cargos em comissão de que trata o inciso II do art. 9º.**

Dessa forma, imprescindível instrumento legislativo em sentido estrito, oriundo de competência estabelecida na própria Constituição, quando da distribuição de funcionalidade entre os entes, para regulamentação dos cargos dos Fundos de Previdência, inclusive suas bases remuneratórias.

No mais, resta caracterizada a prejudicialidade do item II, ante a negativa do item I como pressuposto inicial.

**3. Quanto as características dos cargos responsáveis pela gerência dos Fundos Municipais.**

Quanto a esse quesito, importante salientar quais atividades laborais serão desempenhadas pelos respectivos servidores, de modo que se obtenha a qualificação jurídica

**GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA**

**RESOLUÇÃO Nº. 15.369**

**Processo nº 202001408-00 – Consulta do Fundo de Previdência Social de São Sebastião da Boa Vista, exercício 2020, de responsabilidade do Sr. José Carlos Pantoja Mendes.**

que melhor se adira a sua função pública. Assim, uma vez que os gestores de Fundos Municipais desempenham papel de extrema confiança ao gestor público ou ao conselho que lhe outorga poderes para gerir a instituição, dotado de certo poder diretivo, certamente lhes cairia como melhor definição jurídica os cargos de chefia ou direção, na forma do artigo 37, inciso V da CF/88. Entretanto, por se tratar de matéria atinente à reserva legal, somente o instrumento normativo específico poderá identificar a nomenclatura, funções, competências e, conseqüentemente, a natureza do cargo. Assim, ao se analisar o quesito em senda, pode-se inferir que as características do cargo tendem a se aderir melhor às funções de confiança e aos cargos em comissão, devendo a lei instituidora servir como fonte para identificação dessa natureza.

**4. Da necessidade de nomeação de todos os cargos do Fundo pelo Prefeito Municipal.**

Quanto a essa indagação, uma vez que não se identifica óbice legal à nomeação dos supostos cargos gerenciadores e auxiliares dos Fundos Municipais serem realizados pelo Diretor escolhido pelo gestor municipal, não há necessidade de que toda a estrutura funcional seja oriunda de nomeação do chefe do executivo. Porém, as competências de nomeação da estrutura orgânica dessas instituições também devem estar previstas em instrumento normativo próprio, de modo que se evite arbitrariedades nas escolhas executadas e se enriqueça o processo com a legitimidade democrática inerente ao processo legislativo.

**5. Quanto à penalização do gestor do Fundo por ordenar e executar despesa com folha de pessoal.**

Como forme dito acima, os Fundos são unidades orçamentárias, destinadas a um objetivo ou serviço específico, de modo que todos os recursos por eles geridos estão sujeitos ao controle externo, justamente por se tratarem de recursos públicos, estando seus ordenadores sob a competência de análise dos Tribunais de Contas em variados critérios, conforme se explicita:

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e



**GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA**

**RESOLUÇÃO Nº. 15.369**

**Processo nº 202001408-00 – Consulta do Fundo de Previdência Social de São Sebastião da Boa Vista, exercício 2020, de responsabilidade do Sr. José Carlos Pantoja Mendes.**

pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. **Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.** (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Art. 75. As normas estabelecidas nesta seção aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos **Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios**.

Art. 1º Ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, órgão de controle externo da gestão de recursos públicos municipais, compete, nos termos da Constituição do Estado e na forma desta Lei Complementar:

**III - Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das unidades dos Poderes dos Municípios e das entidades da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal e as contas daqueles que tenham recebido recursos repassados pelos Municípios ou que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário;**

**XIII - Aplicar ao responsável, em caso de ilegalidade das despesas ou irregularidade das contas, as sanções previstas em lei;**

Art. 3º O Tribunal de Contas dos Municípios tem jurisdição própria e privativa em todo território estadual, exercida de forma exclusiva e indelegável, abrangendo:

**I - Qualquer pessoa física ou jurídica, órgão ou entidade, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos municipais ou pelos quais os Municípios respondam ou que, em nome destes, assumam obrigações pecuniárias;**

Logo, uma vez identificado que os gestores dos Fundos Municipais não atenderam aos requisitos legais e regimentais para o dispêndio de dinheiro público, haverá a consequente penalização prevista nesses instrumentos. Assim, caso observe-se que a realização de pagamento com folha de pessoal não atendeu a todos os dispositivos pertinentes que regem a matéria, cabível será a responsabilização do ordenador da despesa avaliada.

**GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA**

**RESOLUÇÃO Nº. 15.369**

**Processo nº 202001408-00 – Consulta do Fundo de Previdência Social de São Sebastião da Boa Vista, exercício 2020, de responsabilidade do Sr. José Carlos Pantoja Mendes.**

**É o relatório**

**VOTO**

**PRELIMINARMENTE**, cumpre analisar a admissibilidade da presente **Consulta**, a qual se confirma, dado o atendimento das formalidades insculpidas nos **arts. 298<sup>1</sup> e 299<sup>2</sup> do Regimento Interno do TCM/PA – RITCM/PA (Atualizado pelo Ato nº 18)<sup>3</sup>**, tendo sido formulada por autoridade competente (art. 299, inciso III, do RITCM-PA), para além de suscitada em forma de tese, acerca de tema de grande relevância às atividades de controle externo, realizadas por esta Corte de Contas, notadamente, quando possui dentre suas diretrizes, a função pedagógica junto aos jurisdicionados na constitucional aplicação dos recursos públicos. Sendo assim, passo a análise de mérito da presente consulta, tal como interposta.

**NO MÉRITO**, considero como resposta aos quesitos formulados as seguintes teses:

**1) É possível que o Fundo de Previdência contraia a despesa e pague os salários de seus servidores, notadamente aqueles cujas funções encontram-se previstas em Regimento Interno devidamente registrado (Presidente, Tesoureiro e Secretário Executivo), até que lei específica venha a regulamentá-los?**

Não há possibilidade de que os Fundos de Previdência sejam os responsáveis pelo pagamento de salários de seus servidores para cargos que não estejam previstos em lei em sentido estrito e que não obedeçam a todo o procedimento de elaboração orçamentária do ente a que estão vinculados.

1Art. 298. O Tribunal responderá sobre matéria de sua competência às consultas que lhe forem formuladas, conforme o disposto no art. 1.º, XVI, da Lei Complementar n.º 84, devendo atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos: I - Ser formulada por autoridade legítima; II - Ser formulada em tese; III - Conter a apresentação objetiva dos quesitos, com indicação precisa da dúvida quanto à interpretação e aplicação de dispositivos legais e regulamentares; IV - Versar sobre matéria de competência do Tribunal de Contas.

2Art. 299. Estão legitimados a formular consulta: I - O Prefeito; II - O Presidente da Câmara Municipal; III - Os dirigentes de autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações instituídas e mantidas pelo município, consórcios municipais e conselhos constitucionais e legais; IV - Os Conselhos ou órgãos fiscalizadores de categorias profissionais, observada a pertinência temática e o âmbito de representação profissional; V - As entidades, que por determinação legal, são representativas de Poderes Executivos e Legislativos Municipais.

3 XVI - responder à consulta técnica que lhe seja formulada, em tese, por autoridade competente, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares, concernentes à matéria de sua competência, bem como aquelas fundamentadas em caso concreto, nas hipóteses e forma estabelecidas no Regimento Interno;

Travessa Magno de Araújo, nº 474, Telégrafo, Belém, PA, CEP: 66.113-55 (91) 3210-7500 – [www.tcm.pa.gov.br](http://www.tcm.pa.gov.br)



**GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA**

**RESOLUÇÃO Nº. 15.369**

**Processo nº 202001408-00 – Consulta do Fundo de Previdência Social de São Sebastião da Boa Vista, exercício 2020, de responsabilidade do Sr. José Carlos Pantoja Mendes.**

**2) Em caso de positivo do questionamento anterior, qual a base salarial que devemos considerar? Poder-se-ia utilizar como parâmetro os salários de cargos equivalentes previstos em leis municipais, tais como Secretário Municipal, Tesoureiro do Município e Assessor Técnico de Nível Médio?**

O item resta prejudicado ante a negação do pressuposto de positividade do item anterior. Entretanto, ressalta-se a necessidade de que lei própria estabeleça a remuneração devida aos cargos que pretende reger, de modo que não se pode tomar como parâmetro lei alheia ao sistema que se quer regular.

**3) Os cargos teriam características de cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração pela natureza de suas funções?**

Somente a lei instituidora dos cargos poderia concretizar natureza, não havendo óbice às características que queira adotar, entretanto, pelo cunho funcional desenvolvido, percebe-se tendência de que os cargos analisados se aproximam do conceito de função de confiança e ao conceito de cargo em comissão.

**4) Haveria necessidade de nomeação de todos os cargos pelo Prefeito Municipal ou somente o Presidente do Fundo e este, após, nomearia o seu Tesoureiro e o seu Secretário Executivo?**

Não há óbice legal a sistemática adotada pelos Fundos para preenchimento das vagas dos responsáveis por geri-lo, cabendo a cada instrumento normativo instituidor declarar àquele que melhor se adequa as suas necessidades, tratando-se, pois, de opção política do ente promovedor.

**5) Em caso de a resposta ao Item I ser negativa, haveria alguma penalização do gestor do Fundo de Previdência que ordene e execute a despesa com pagamento de folha de pessoal do Fundo?**

Todos aqueles que ordenam despesas com recursos públicos em desconformidade com o sistema jurídico estão sujeitos às sanções cabíveis. Desse modo, havendo irregularidade na forma de ordenação e execução das despesas com folha de pessoal do Fundo, sendo ele o

**GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA**

**RESOLUÇÃO Nº. 15.369**

**Processo nº 202001408-00 – Consulta do Fundo de Previdência Social de São Sebastião da Boa Vista, exercício 2020, de responsabilidade do Sr. José Carlos Pantoja Mendes.**

responsável pelos atos, há possibilidade de penalização.

**Esta é a resposta à consulta formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário.**

Sessão Virtual do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **27 de maio de 2020.**

  
**Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Junior**

Relator